

## IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 04.12.2023

### **Aproveitar a educação desportiva para promover o desenvolvimento de Macau**

O desporto pode treinar a determinação das pessoas, pois exige auto-desafios constantes e o colmatar de dificuldades, e pode ainda cultivar consciências como competitividade, trabalho em equipa, equidade, justiça, cumprimento de regras e respeito pelos outros. Estas qualidades contribuem para impulsionar o progresso individual, elevar a capacidade de adaptação à sociedade e, por fim, para a estabilidade e o desenvolvimento sociais.

O desporto tem várias funções, ao nível educativo, político e económico, a mais básica é a manutenção da saúde física e psicológica, e pode promover o desenvolvimento individual, ter um impacto positivo nas equipas e impulsionar o progresso de toda a sociedade. O desporto tem implicações com o futuro desenvolvimento, uma vez que pode aumentar as “cinco capacidades” de Macau: a competitividade global, a produtividade social, a vitalidade física e mental dos residentes, e a capacidade para suportar encargos médicos e para manter a segurança pública.

Segundo o Presidente Xi Jinping, “o desporto é um meio importante para aumentar a saúde do povo, uma forma relevante para satisfazer o desejo do povo por uma vida melhor e promover o desenvolvimento integral do ser humano, uma força motriz indispensável para promover o desenvolvimento socioeconómico e, por fim, uma plataforma fundamental para mostrar o *softpower* cultural do país.” Quanto mais forte for o desporto, mais fortes serão a China e Macau. O desporto representa o sonho da prosperidade do País e da revitalização da Nação, promove a recuperação, a prosperidade e a estabilidade de Macau, e proporciona à sociedade uma energia positiva. Devemos dar prioridade aos trabalhos da nossa agenda no âmbito do desporto, para abrir novos horizontes para o desenvolvimento da indústria desportiva local.

A ONU reconhece o papel da educação física e do ensino do desporto através da “Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte” e aprovou, através da Resolução n.º 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas – “Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, entre outros documentos. O nosso País definiu planos de educação física através das “Bases Gerais de construção de um País possante no desporto” e lançou as “Opiniões sobre o reforço do desporto escolar e a promoção do desenvolvimento saudável da saúde física e mental dos estudantes”, entre outros documentos. Pelo exposto, apelo ao desenvolvimento e valorização do desporto, especialmente no que respeita à promoção da educação física como parte importante da educação dos jovens.

Os jovens são a esperança do País e o futuro de Macau, pelo que a importância do desenvolvimento do desporto deve começar logo pela educação física dos jovens. Assim, há que desenvolver o desporto para promover o crescimento dos jovens, formar o seu talento e apoiar o seu sucesso. Por isso, o Governo, ao definir objectivos educativos, deve

*(Tradução)*

compreender plenamente o valor do desporto e promover a sua concretização no processo educativo. As escolas devem educar os jovens sobre a vida e a sociedade, promover a educação através da educação física e promover o desenvolvimento integral da “moral, intelectual, física e estética” dos alunos. Os pais devem orientar os jovens para a prática do desporto e apreender o espírito desportivo, inculcando-lhes conhecimentos correctos sobre o desporto. Espero que seja possível, através da educação física, desfrutar do desporto e influenciar de forma positiva os alunos através do desporto, pois isso vai trazer mais benefícios para as pessoas e para a sociedade e promover o desenvolvimento sustentável da sociedade de Macau.

## **IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 04.12.2023**

### **Continuar a reforçar a educação científica em Macau e a contribuir para a indústria aeroespacial nacional**

Uma delegação chinesa do programa espacial tripulado efectuou recentemente uma visita de seis dias a Hong Kong e Macau. Ao mesmo tempo, a Administração Espacial Nacional da China, o Governo da RAEM e o Gabinete de Ligação do Governo Popular Central na RAEM organizaram, em conjunto, a exposição de popularização científica “Exposição de Divulgação Científica sobre Ciência e Tecnologia Aeroespacial e de Navegação da China em Macau”, enviaram especialistas de popularização científica às escolas, organizaram palestras sobre o desenvolvimento espacial da China, reflectindo plenamente o incentivo e apoio do País ao desenvolvimento das indústrias de alta e nova tecnologia aeroespacial em Macau, e à participação dos jovens de Macau na integração no desenvolvimento nacional.

De facto, nos últimos anos, com o apoio do País, Macau tem alcançado novos avanços no desenvolvimento aeroespacial, desde a criação, em 2018, do Laboratório de Referência do Estado para a Ciência Lunar e Planetária na Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, até à selecção de especialistas em carga, na qual chegaram à fase final candidatos de Macau, e o lançamento, com sucesso, do primeiro satélite experimental de ciência e tecnologia entre o Interior da China e Macau, “Macao Science 1”, que mereceu a resposta e encorajamento do Presidente Xi Jinping. Vários exemplos estimulantes e inspiradores que ajudaram os estudantes de Macau a criar a semente do "sonho aeroespacial", testemunhando que, tal como o projecto espacial tripulado da China, se pode partir do zero e caminhar rumo a um crescimento vigoroso.

Segundo o relatório do 20.º Congresso Nacional do PCC, é definido um plano estratégico para acelerar a construção de uma grande potência aeroespacial, e os talentos são recursos muito importantes para o desenvolvimento da indústria aeroespacial da China. A idade média das equipas Chang'e, Tianwen-1, Shenzhou e Beidou é inferior a 37 anos, a equipa Beidou tem uma idade média de 31 anos, portanto, a indústria aeroespacial é um palco para os jovens desenvolverem as suas capacidades. Como reforçar a educação científica a partir do ensino básico e como cultivar o espírito científico e elevar a capacidade inovadora são factores importantes para a formação de uma equipa de talentos na área aeroespacial e para o desenvolvimento sustentável de Macau. Mas também uma base importante para a participação de Macau na construção de um país forte em ciência e tecnologia.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Aproveitar a oportunidade e o ponto de partida da ciência aeroespacial para a integração, na educação regular, das várias formas de popularização da ciência aeroespacial e das actividades de prática científica aeroespacial, a fim de aumentar a motivação e o interesse dos alunos na aprendizagem, incluindo a integração dos elementos de generalização científica nos currículos escolares, o aproveitamento adequado das

instalações complementares, como o Centro de Ciência de Macau e a Universidade de Macau, etc., para cultivar nos alunos o amor pela Pátria e a ambição, bem como ajudar os alunos a consolidar a base de conhecimentos científicos e promover o desenvolvimento da educação científica em Macau.

2. O Governo deve tomar a iniciativa de coordenar os recursos e as equipas de talentos das instituições de ensino superior públicas e privadas, incluindo a Universidade de Macau e a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau; reforçar a articulação com as escolas do ensino não superior nos trabalhos de educação científica; apoiar a formação de docentes do ensino primário e secundário; e participar nas acções de formação dos alunos.

3. Acelerar a construção da “indústria-academia-investigação” de alta e nova tecnologia, incluindo a indústria aeroespacial, integrando plenamente as medidas de apoio ao desenvolvimento da diversificação adequada “1+4”; e criar espaços de desenvolvimento para os jovens talentos na área da investigação científica e tecnológica, tendo em conta a diversificação adequada da economia de Macau, para os jovens poderem ver o seu futuro profissional na área da indústria tecnológica, atraindo assim a participação de mais jovens talentos.

## **IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 04.12.2023**

### **Aumentar o encanto do turismo individual com embarcações de recreio, introduzindo novos elementos turísticos**

Nos últimos anos, o Governo da RAEM promoveu activamente o desenvolvimento diversificado da indústria turística, procurando novos pontos de crescimento económico. O turismo individual com embarcações de recreio, enquanto forma de turismo de alto nível, contribui para o desenvolvimento do sector do turismo e também aumenta as oportunidades de emprego para os sectores relacionados, podendo trazer benefícios económicos significativos, tornando-se, assim, num novo motor para a recuperação económica de Macau.

Em 2017, o Estado implementou o turismo individual em barcos de recreio entre Guangdong-Hong Kong-Macau, estipulando que as embarcações de Hong Kong e de Macau podem navegar na Grande Baía, mas têm de estar registados nos três postos fronteiriços designados, sujeitando-se à supervisão e gestão dos serviços de inspecção nos postos fronteiriços, e ainda as embarcações atracadas nas marinas indicadas estão sujeitas a fiscalização das autoridades de inspecção. As “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” de 2019 indicam que a Grande Baía procura explorar e planear a construção de um porto franco internacional para turismo de embarcações.

Mas, de acordo com a situação do funcionamento dos últimos anos, os efeitos do turismo individual com embarcações de recreio na Grande Baía não têm sido satisfatórios, principalmente devido aos altos custos de desalfandegamento das embarcações de recreio, ao facto de as entradas e saídas envolverem restrições nos trabalhos de controlo dos postos fronteiriços, como, alfândega, controlo fronteiriço e marítimo, e inspecção sanitária, entre outros, e as formalidades são complicadas. As embarcações de recreio limitam-se a atracar nas pontes-cais indicadas, o que dificulta a sua movimentação. Para além disso, as actuais normas de registo não permitem a locação financeira nem a locação de actividades, o que leva os proprietários das embarcações a serem pouco activos.

Macau possui ricos recursos naturais e não faltam belas baías e ilhas na Grande Baía, bem como lugares de atracagem suficientes para iates, o que proporciona um ambiente especial para o desenvolvimento da indústria do turismo e a capacidade de atrair mais amantes internacionais de iates.

Para promover o desenvolvimento do sector dos iates em Macau, apresento as seguintes sugestões:

1. Há que simplificar mais as formalidades e os procedimentos administrativos para a saída dos iates e reduzir constantemente as respectivas despesas. Sugere-se às autoridades que negociem activamente com as cidades da Grande Baía, tomando como referência a prática de Shenzhen, região vizinha, que é a seguinte: a inovação fundamental do registo de embarcações de recreio de Shenzhen reside na ideia de “um barco, dois portos”, isto é,

o porto de “Shenzhen, China” e o porto de “Hong Kong, China” como portos de registo de propriedade. Mais, os serviços de alfândega de Shenzhen isentaram provisoriamente o pagamento do imposto para a importação de iates e, quanto à garantia específica dos iates, o montante é equivalente a 20 por cento do valor total do imposto devido, tendo sido constantemente reduzidos os requisitos para as viagens individuais em iates, promovendo, desse modo, o desenvolvimento do sector.

2. Há que reforçar o aproveitamento dos recursos turísticos das ilhas adjacentes, estudar o reforço da coordenação das viagens individuais em iates e a “sinergia” industrial, entre outros. Propõe-se que seja tomada a iniciativa de implementar a ideia de circulação livre dos iates entre o porto da *Nansha Marina*, o *Shekou Cruise Home Port de Shenzhen*, e os cais de *Chimelong em Hengqin de Zhuhai*.

3. Promover activamente a formação técnico-profissional de pessoal para as embarcações de recreio, incluindo formação técnica da tripulação, manutenção e reparação de embarcações, etc. Reforçar a construção de infra-estruturas para as referidas embarcações, incluindo a disponibilização de cais mais aperfeiçoados e instalações de reparação e manutenção mais bem apetrechadas, melhorando o nível do sector destas embarcações, para que Macau se torne um destino mais competitivo.

4. Organizar diversas actividades internacionais de comércio e actividades culturais diversificadas para embarcações de recreio, tais como *boat shows* e exposições, com vista a criar uma plataforma mais profissional, madura e aberta para o comércio de embarcações de recreio, e intercâmbio cultural, com vista a promover que as marcas internacionais entrem na China e as marcas chinesas cheguem a todo mundo. Há ainda que promover a cultura marítima e construir uma ponte para o desenvolvimento da economia de embarcações de recreio.

5. Aproveitar plenamente as vantagens do princípio “Um País, dois sistemas”, com vista a racionalizar os mecanismos e a criar uma plataforma de exibição das embarcações de recreio da China, promovendo proactivamente estas embarcações junto dos países de língua portuguesa e dos países do Sudeste Asiático, criando desta forma um bom ambiente de comércio internacional favorável ao desenvolvimento económico deste tipo de embarcações da China.

## IAOD do Deputado Zheng Anting em 04.12.2023

### **Desenvolver ainda mais o “turismo costeiro”, para impulsionar a diversificação económica de Macau**

A sociedade espera que o Governo aproveite ao máximo as águas marítimas sob jurisdição da RAEM, atribuídas pelo Governo Central, e que desenvolva, em conjunto com as regiões vizinhas, o turismo costeiro “multi-destinos”, proporcionando experiências turísticas mais ricas aos visitantes, atraindo mais visitantes de alto nível e promovendo o desenvolvimento diversificado do turismo e da economia.

Segundo alguns dados, o turismo costeiro tem sido dos mais populares no mundo. Macau e as regiões vizinhas possuem ricos recursos naturais e paisagens humanas, ou seja, possuem excelentes condições para o desenvolvimento do turismo costeiro. Ao mesmo tempo, com o aperfeiçoamento gradual das infra-estruturas paisagísticas das ilhas adjacentes, como a Ilha Wanshan e a Ilha Dongao, e com o aumento dos projectos de lazer e entretenimento, a procura de projectos de turismo e lazer de “turismo costeiro”, com partida de Macau, será cada vez maior. Alguns clientes querem viagens individuais e experiências personalizadas de alto nível, então, Macau deve aproveitar as suas vantagens próprias para desenvolver diversos projectos de turismo costeiro, para atrair mais fontes de turistas.

Proponho ao Governo a criação de uma ilha Guangdong-Hong Kong-Macau para turismo de luxo, através de embarcações de recreio e helicópteros. Devido ao carácter isolado das ilhas, existem poucas opções de transporte, por isso, pode aproveitar-se as embarcações de recreio e os helicópteros para impulsionar o desenvolvimento do turismo de ilhas e criar um turismo costeiro “multi-destinos”. O turismo de embarcações de recreio e de helicópteros pode promover o desenvolvimento do turismo costeiro de alta qualidade e também acelerar a exploração tridimensional do turismo “marítimo-insular-costeiro”, atraindo mais visitantes com maior capacidade de consumo.

De facto, o turismo de embarcações de recreio e de helicópteros já existe há muitos anos em algumas partes do mundo, e segundo muitos turistas, quando visitam Macau, uma cidade costeira, desejam poder apanhar embarcações de recreio e helicópteros para visitar as ilhas de Macau e as ilhas da província de Guangdong, experimentando assim um turismo “multi-destinos” individual com embarcações de recreio e helicópteros. No entanto, o número de helicópteros é reduzido, a maioria voa entre Hong Kong e Macau, e as embarcações de recreio só podem ser utilizadas como entretenimento pelos próprios proprietários, não podem ser alugados, o que desiludiu muitos clientes com maior capacidade de consumo.

Na minha opinião, para concretizar a diversificação económica, Macau deve maximizar as suas vantagens, aproveitar os ricos recursos marítimos da Grande Baía e disponibilizar produtos turísticos diversificados, fazendo com que o turismo costeiro se transforme num novo ponto de crescimento económico. Para concretizar esta perspectiva,

(Tradução)

é necessário aperfeiçoar as infra-estruturas, o *hardware* e o *software*, a concepção dos itinerários dos produtos turísticos e a legislação vigente. O Governo deve, através da cooperação interdepartamental, aprender com as experiências de outras cidades no desenvolvimento do turismo costeiro, para criar um mecanismo perfeito de gestão, e apoiar o desenvolvimento do turismo costeiro de embarcações de recreio e de helicópteros, com vista a promover ainda mais o processo de diversificação económica de Macau. Muito obrigado!

## IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 04.12.2023

### **Uniformização dos benefícios de rendas da residência para idosos e salvaguarda dos direitos e interesses dos cônjuges na coabitação**

Para facilitar a integração dos idosos na sociedade e melhorar a sua qualidade de vida, sobretudo, otimizar o ambiente habitacional dos idosos que vivem em fracções autónomas de edifícios sem elevador, o Governo lançou o projecto-piloto da residência para idosos, com um total de 1815 fracções. Na primeira fase, vão ser colocadas a concurso público 759 fracções e disponibilizados descontos de 20 por cento das rendas durante a vigência do primeiro acordo de utilização assinado.

A partir do passado dia 6 de Novembro, foi aberto o concurso para as referidas residências, tendo sido recebidos, até ao dia 27 de Novembro, mais de 1200 pedidos. Mas, recentemente, recebi algumas queixas de idosos que, apesar de reunirem os requisitos de ter completado 65 anos de idade, o certo é que estão impedidos de apresentar o “pedido de utilização da residência por duas pessoas”. Isto, porque o cônjuge com quem coabitam não completou 60 anos, mas este pode pernoitar no apartamento apenas na qualidade de cuidador e, mais, para validar o seu pedido, é necessário contar com a autorização do Instituto de Acção Social (IAS). É evidente que a referida regra relativa à necessidade de apreciação e autorização para a coabitação na qualidade de cuidador não corresponde às necessidades reais dos casais com diferenças de idade. É de salientar que, quer nos termos do dever de coabitação dos cônjuges previsto no Código Civil, quer de acordo com as necessidades reais de coabitação dos cônjuges no mesmo domicílio, o respectivo procedimento de apreciação e autorização é manifestamente irrazoável e também contradiz os deveres previstos na lei.

Mais, quanto às 759 fracções disponíveis na candidatura da primeira fase, há uma redução da renda em 20 por cento, mas, para as restantes fracções, possivelmente, não haverá a mesma redução. É de salientar que, neste momento, foram recebidas mais de 1200 candidaturas às residências para idosos, o que significa que alguns idosos que apresentaram candidatura não vão conseguir obter, na primeira fase, a qualidade de acesso. Na minha opinião, o Governo da RAEM deve estabelecer o mesmo critério de redução da renda em 20 por cento para as restantes fracções, a fim de garantir a uniformidade e a justiça da política.

Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. Concordo com a necessidade de se proceder à apreciação e autorização para as pessoas que não preenchem os requisitos de candidatura, mas que vivem lá para cuidar dos seus idosos, mas, quanto aos cônjuges que vivem em comunhão de mesa e habitação, tendo em conta as suas condições de vida e os deveres legais, mesmo que apenas um dos cônjuges preencha os requisitos e o outro não, não se pode negar a sua necessidade de coabitação por causa disso. Assim, sugiro ao Governo que reveja, quanto antes, o actual mecanismo e altere o respectivo procedimento de “apreciação e autorização” para

“declaração”, a fim de satisfazer as necessidades de gestão e corresponder, ao mesmo tempo, à realidade social, e para, nomeadamente, evitar a violação dos deveres legais.

2. Quanto às 759 fracções da primeira fase, é proporcionado um desconto de 20 por cento nas rendas aquando da assinatura do acordo, o que contribui, em certa medida, para aumentar a vontade dos residentes em candidatarem-se. Mas, sob as mesmas condições de habitabilidade, os idosos que se candidatam às restantes fracções não gozam do mesmo benefício, e alguns deles não conseguiram ser admitidos na primeira fase, devido ao facto de o número de candidatos ser superior ao das fracções disponibilizadas e à sua ordenação. Proponho ao Governo que estenda o desconto de 20 por cento nas rendas às restantes 1056 fracções, por forma a reflectir a justiça e a coerência da política.

3. Após a ocupação das fracções, os candidatos podem sofrer pressão com as rendas, devido à alteração da sua situação económica, por isso, proponho ao Governo que elabore planos de resposta, por exemplo, a prorrogação do mecanismo de bonificação das rendas, para os idosos com dificuldades económicas poderem, após autorização, continuar a gozar do desconto de 20 por cento nas rendas, protegendo os direitos e interesses dos idosos que moram já nessas fracções.

## IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 04.12.2023

### **Estabelecimento de uma base de educação patriótica completa e sistemática**

A Lei de educação patriótica da República Popular da China, votada e aprovada pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional (APN) em Outubro, entrará em vigor em 1 de Janeiro do próximo ano. Essa Lei, a par de prever os principais conteúdos da educação patriótica, abrangendo aspectos ideológicos e políticos, história e cultura, símbolos e emblemas nacionais, etc., regulamenta também a educação patriótica de diferentes grupos, como os compatriotas de Hong Kong, Macau e Taiwan.

Julgo que essa Lei é de grande importância, pois pode garantir que os trabalhos de educação patriótica para a nova era sejam promovidos e protegidos pelas regras do Direito. Apesar de essa Lei não ser directamente aplicável a Macau, o Governo deve tomar as medidas necessárias para fazer um bom trabalho de articulação, de modo a desenvolver ainda mais o trabalho de educação patriótica em Macau.

Sob a liderança do *Chief Secretary for Administration* de Hong Kong, será criado, no início do próximo ano, um grupo de trabalho para a educação patriótica, para coordenar os serviços públicos e as ONG, promover globalmente a educação nacional e fazer bem os respectivos trabalhos dentro e fora das escolas. Ao mesmo tempo, o Governo de Macau está também a desenvolvê-los, sob responsabilidade principal da DSEDJ. No próximo ano, será publicado um conjunto completo de materiais didácticos complementares sobre a educação da segurança nacional, consolidando o “acampamento de educação e experiência” e lançando o “acampamento de educação patriótica” destinado aos alunos do primeiro ano do ensino secundário geral. O Governo também vai rever o “Quadro da Organização Curricular” e reforçar a educação do amor pela Pátria e por Macau.

Para realizar bem os trabalhos de educação patriótica, é necessária a colaboração de várias partes. Sugiro que, com a cooperação entre a Secretaria para a Administração e Justiça, a Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura e a Secretaria para a Segurança, em conjugação com a Constituição, a Lei Básica, a Lei relativa à defesa da segurança do Estado e a Lei da educação patriótica, se proceda à ordenação sistemática dos trabalhos de educação patriótica, para reforçar, de forma diversificada, a consciência patriótica da população, e que esses trabalhos sejam executados pela DSEDJ em colaboração com as escolas e associações.

O artigo 26.º da Lei da educação patriótica estipula que a base dessa educação deve reforçar a construção de conteúdos e enriquecer as formas de exposição, etc., para desenvolver as funções da educação patriótica. Os museus, casas memoriais e galerias de ciência e tecnologia devem aproveitar os seus próprios recursos e vantagens para desenvolver actividades de educação patriótica. Existe em Macau uma Base da Educação do Amor pela Pátria e por Macau para Jovens, mas o seu espaço é pequeno e os conteúdos exibidos são limitados.

*(Tradução)*

Assim, proponho ao Governo o seguinte: delimitar um local para a construção de uma base de educação mais completa e sistemática, no âmbito do Plano director, alargar as diversas formas de experiência, aprofundar a educação patriótica dos jovens de Macau, através de múltiplos ângulos, plataformas e maneiras, reforçar o sentido de pertença e de identidade nacional dos jovens, e desenvolver melhor os trabalhos de educação patriótica.

## IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 04.12.2023

### **Transformar a Maratona de Macau num evento de renome e aumentar a competitividade**

A Maratona Internacional de Macau vai ter lugar no próximo domingo, e vai atrair atletas de todo o mundo, para dinamizar o turismo. Desta vez, a organização aceitou as opiniões da sociedade, e incluiu a Faixa do Cotai no percurso e o tempo do *chip*, portanto, estou satisfeito com estas melhorias, pois conseguem melhorar a experiência, e espero que o Governo continue a otimizar o evento, e a garantir a interacção com as atracções turísticas e culturais. Mais, há que procurar incluir a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau no percurso da Maratona, ou até mesmo realizar a maratona na ponte, reforçando-se a competitividade dos nossos eventos desportivos, e promovendo-se a construção da “cidade de desporto”.

Com o esforço das autoridades, a Maratona Internacional de Macau deste ano passa pela faixa do Cotai, mas no percurso da meia-maratona, alguns locais são repetidos, e as pontes não estão incluídas, o que afecta a experiência. Compreendo que, devido às limitações geográficas e ao trânsito, é difícil alterar o percurso e aumentar o número de participantes. Face ao objectivo de transformar Macau numa “cidade de desporto”, formulado recentemente pelo Governo, espero que este continue a otimizar os eventos habituais, nomeadamente que melhore o percurso da maratona e da meia-maratona, e adopte a partida por grupos, para triagem dos participantes e para aumentar o limite de participantes.

Ao mesmo tempo, sugiro a conjugação de mais elementos turísticos e culturais, especialmente, nas proximidades do local da competição, e a revitalização dos bairros antigos, como a Fábrica de Panchões Iec Long, na Taipa, e a Povoação de Lai Chi Vun, em Coloane, para incentivar as PME e as associações locais a organizarem e participarem em competições características ou disponibilizar produtos turísticos característicos, transformando-os em eventos desportivos, culturais e turísticos, atraindo a vinda a Macau de diferentes tipos de turistas.

Tendo em conta a construção da Grande Baía e olhando para a primeira meia-maratona realizada por Hong Kong, na Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, verifica-se que esta competição atraiu muitos participantes, o que demonstra a sua grande popularidade. O “Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da Região Administrativa Especial de Macau (2024-2028)” já está a ser implementado e propõe a organização conjunta de eventos desportivos com as outras cidades da Grande Baía, para impulsionar o desenvolvimento do turismo a nível regional. A Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura referiu que se chegou a estudar a possibilidade de interditar o trânsito na referida Ponte para a realização de uma maratona, mas é necessário discutir isso entre os três governos. Espero que o Governo aproveite bem a referida Ponte e ultrapasse as barreiras, com vista a explorar novos locais para a realização de maratonas e adicione mais elementos desportivos.

Quanto ao desenvolvimento da "Cidade de desporto", o Governo deve aproveitar as actuais marcas desportivas, como o Grande Prémio e a Maratona, entre outras, e conjugá-las com outros elementos para o seu desenvolvimento enquanto indústria, e ainda aproveitar, ao máximo e de forma activa, os terrenos desaproveitados para otimizar as instalações e equipamentos desportivos existentes, por exemplo, o hipódromo de Macau, que ocupa uma grande área e tem uma história nas corridas de cavalos. Acredito que o desenvolvimento do hipismo e o reaproveitamento do espaço do Hipódromo para a realização de competições e actividades desportivas, tais como ciclismo e futebol, contribuirá para a formação gradual do desporto integrado e para a transformação de Macau num destino emblemático de desporto e lazer.

## IAOD do Deputado Ma Io Fong em 04.12.2023

### **Ajustar, com rigor, as políticas de habitação, para ajudar os cidadãos a prepararem-se o mais cedo possível**

A situação das candidaturas a este novo concurso para a habitação económica está calma e muito diferente da que se vivia no passado, em que era grande o número de candidatos. Até 30 de Novembro, foram recebidos 1960 boletins de candidatura, dos quais 1546 com todos os documentos necessários, o que corresponde a menos de 36% das 5415 fracções disponíveis. Olhando para estes números, verifica-se que a procura de habitação económica diminuiu significativamente, e o Chefe do Executivo afirmou mesmo que a insuficiência de habitações económicas, que tem sido alvo da atenção da população ao longo dos anos, já tinha sido basicamente resolvida, e até anunciou a suspensão da construção de habitação intermédia.

Na verdade, a redução do número de candidaturas pode não corresponder às necessidades. Esta é a primeira venda após a revisão da “Lei da habitação económica”, e o Governo não divulgou os preços aquando da abertura das candidaturas, por isso, muitos residentes estão numa atitude de observação. Para além disso, o Governo ajustou os limites de rendimento e património, excluindo alguns residentes que pretendiam adquirir uma habitação económica. É de salientar que, com os requisitos de candidatura do passado, a cobertura era de cerca de 80% dos residentes, no entanto, com o ajustamento dos limites de rendimento e património, alguns residentes que podiam candidatar-se à habitação económica perderam essa qualidade, e os primeiros afectados foram os candidatos incluídos, em 2021, na lista de espera provisória. No relatório das LAG, refere-se que, no próximo ano, vai ser aberto um terceiro concurso para a habitação económica, de acordo com o 2.º Plano quinquenal. Mas se a “habitação intermédia” continuar suspensa e não se alterar o método de “primeiro abrir o concurso e só depois publicar os preços”, só se vai dificultar a tomada de decisões por parte dos residentes de Macau, nomeadamente dos jovens. Assim sendo, as autoridades dificilmente vão conseguir concretizar o conceito e os efeitos da política das “cinco classes de habitação”.

A suspensão da habitação intermédia também deixa muitos residentes desamparados, e muitos deles são jovens a preparar-se para casar. E se não conseguem ter uma casa agradável e própria, como é que podem constituir família? Como é que o Governo pode incentivar a procriação? Não havendo habitação intermédia, não será necessário rever a lei da habitação económica? Esta questão merece a nossa reflexão profunda.

Para promover a optimização da política de habitação económica, permitindo que a política das cinco classes seja mais rigorosa, clara e eficaz, em resposta às necessidades dos residentes das diversas camadas sociais, apresento as seguintes sugestões:

1. Tendo em conta as mudanças drásticas da economia de Macau nos últimos anos, a nova lei da habitação económica e a lei da habitação intermédia, e ainda as medidas de levantamento de restrições ao mercado imobiliário privado, sugiro a retoma dos estudos sobre a procura de habitação e sobre a política de habitação para fins residenciais, pois

assim será possível definir um planeamento geral e orientações políticas razoáveis e correspondentes às necessidades reais, para a política das cinco classes corresponder melhor às expectativas da população e ao desenvolvimento social, podendo ainda oferecer-se dados precisos para a definição das disposições das leis da habitação económica e da habitação intermédia, sobretudo quanto à fixação dos limites de rendimento e de património.

2. Tendo em conta a situação do concurso à habitação económica e a continuidade da promoção desta habitação, sugiro ao Governo que pondere sobre as políticas que não foram concretizadas devido à falta de habitações económicas, por exemplo, permitir que os agregados familiares de um elemento possam candidatar-se a fracções T2 e os de dois pessoas possam candidatar-se a fracções T3, e permitir aos agregados familiares detentores de habitação económica a troca por fracções maiores, tendo em conta as necessidades de crescimento das famílias. O Governo pode ainda estudar medidas para encurtar o tempo de espera das famílias com recém-nascidos, dando-lhes prioridade na escolha de habitação, entre outras, incentivar a procriação e o crescimento das famílias através de actos concretos e criar uma política de habitação favorável à procriação.

3. Como é previsível que as habitações económicas sejam suficientes no futuro, sugiro ao Governo que, tendo em conta a experiência desta candidatura e as opiniões da sociedade, divulgue os preços de venda quando abrir a próxima ronda de candidaturas à habitação económica, para os residentes poderem aceder a mais informações e tomar decisões com mais cautela, e, ao mesmo tempo, ajudar o sector imobiliário a analisar, com antecedência, o impacto da habitação económica no mercado e a ajustar, atempadamente, as suas estratégias, para promover o desenvolvimento sustentável e saudável do mercado imobiliário privado.

## IAOD do Deputado Lei Chan U em 04.12.2023

### **Aperfeiçoamento do Regime da Função Pública, desenvolver o dinamismo do pessoal e elevar a eficácia da acção governativa**

Nos últimos anos, o Governo tem aperfeiçoado, de forma contínua, o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, e as Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, entre outros diplomas legais, em resposta ao desenvolvimento social e às solicitações da sociedade, reforçando as exigências disciplinares do pessoal de direcção e chefia e aumentando o grau de responsabilização, o que, de facto, é necessário. No entanto, ao mesmo tempo que se exige ao pessoal de direcção e chefia que seja íntegro e proactivo, deve também pensar-se em como dar-lhe as garantias institucionais necessárias para desenvolverem as suas capacidades e governarem de forma activa. Por exemplo, ao mesmo tempo que se salienta as responsabilidades e os deveres do pessoal, aperfeiçoa-se o regime de apoio, o regime de incentivos e o regime de tolerância às falhas, melhora-se a questão dos mandatos e garante-se a desvinculação do serviço, para o pessoal poder concretizar e promover, com tranquilidade, as diversas linhas de acção governativa.

Segundo afirmações recentes do Secretário para a Administração e Justiça, o regime de comissão de serviço corresponde à realidade de Macau, não são então necessárias grandes alterações, só a promoção e a despromoção é que podem não corresponder à realidade de Macau. Se o regime for bem executado, favorece os competentes, que serão promovidos, os medíocres serão despromovidos e os maus serão eliminados, no entanto, faltam garantias, nomeadamente no respeitante à questão do termo da comissão de serviço dos trabalhadores dos serviços públicos além do quadro.

Segundo o ETAPM, a nomeação em comissão de serviço de trabalhadores “além do quadro” para cargos de direcção e chefia faz cessar automaticamente a situação anteriormente detida em regime de nomeação, contrato além do quadro ou de assalariamento. Perante isto, o Governo alterou o regulamento administrativo relativo ao Recrutamento, selecção e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos, para permitir que aqueles trabalhadores, após a cessação da comissão de serviço, sejam contratados por qualquer serviço ou entidade, mediante autorização do Chefe do Executivo, o que, em certa medida, dissipou as suas preocupações sobre se podiam, ou não, manter-se na função pública depois da cessação da comissão de serviço. Posteriormente, o Governo avançou com a alteração do Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos, para os trabalhadores “além do quadro” ficarem dispensados do período experimental de seis meses quando, finda a comissão em serviço em cargos de direcção e chefia, voltarem a ser contratados, salvaguardando-se melhor os seus direitos e interesses. Contudo, há ainda factores que afectam a vontade destes trabalhadores em assumir cargos de direcção e chefia, por exemplo, a contagem do tempo de serviço carece de razoabilidade, a autorização do Chefe do Executivo é discricionária, e a norma de duração de contrato em caso de contratação através do regime especial de recrutamento é irrazoável.

A meu ver, os trabalhadores dos serviços públicos são uma base importante para as acções governativas, e o pessoal de direcção e chefia, enquanto principal força, tem contacto com trabalho administrativo de diferentes níveis e conhece bem a estrutura e o funcionamento do Governo e os diversos regulamentos e regimes, portanto, desempenha um papel relevante na governação nos termos da lei e na concretização de uma boa governação. Espero que o Governo continue a aperfeiçoar o regime do pessoal de direcção e chefia, reforce o regime disciplinar e de responsabilização e melhore os mecanismos de apoio, incentivo e tolerância a falhas, estimulando a consciência de servir e o sentido de responsabilidade dos dirigentes. Mais, é ainda necessário otimizar o regime de provimento dos trabalhadores “além do quadro” após a cessação de comissão de serviço para cargos de direcção e chefia, por forma a eliminar as suas preocupações relativas à comissão de serviço e alargar o âmbito de selecção de talentos pelo Governo, promovendo-se a mobilidade ascendente desses trabalhadores e elevando-se o nível e a eficácia da governação.

## **IAOD da Deputada Lei Cheng I em 04.12.2023**

### **Dar importância ao investimento de recursos no pessoal da educação, dos serviços sociais e do aconselhamento psicológico**

O relatório das LAG para o próximo ano propõe o aumento do subsídio para o desenvolvimento profissional e do subsídio directo do pessoal docente, bem como do apoio financeiro aos trabalhadores das instalações sociais subsidiadas. Estes subsídios e apoio não sofreram aumento há muitos anos e, na minha opinião, o reforço dos recursos investidos na educação, na saúde e nos serviços sociais tem por objectivo não só permitir ao pessoal ter um aumento salarial, como também assegurar a racionalidade do quadro de pessoal e a estabilidade da equipa de prestação de serviços, apoiando o seu desenvolvimento profissional e promovendo a elevação da qualidade dos serviços, por isso, o Governo deve continuar a proceder à revisão e a criar mecanismos, para avaliar se os recursos investidos são suficientes.

Primeiro, quanto aos recursos investidos na educação, o presente aumento do subsídio para o desenvolvimento profissional do pessoal docente é de 90 a 300 patacas, um aumento não significativo, e o subsídio de escolaridade gratuita não foi aumentado. Mais, nos últimos anos, o trabalho do pessoal escolar aumentou significativamente. Durante o recente debate na Assembleia Legislativa, o Governo afirmou que a componente lectiva pode ser reduzida quando o docente desempenha outras funções educativas, e que a componente lectiva para os ensinos infantil, primário e secundário é, em média, de 14 a 20 tempos lectivos. Esta afirmação não consegue reflectir totalmente a situação real do trabalho nas escolas, e pode até levar as pessoas a pensar que “os docentes só precisam de dar 10 aulas e pouco para concluir o seu trabalho”.

De facto, o trabalho dos docentes não é fácil. Nos últimos anos, o Governo tem exigido às escolas a implementação de uma avaliação diversificada, por isso, os docentes têm de utilizar métodos pedagógicos diversificados, e também de reforçar o aconselhamento na aprendizagem, prestar atenção à saúde física e mental dos alunos e reforçar a cooperação entre a família e a escola. Para além das tarefas pedagógicas, têm ainda de fazer diversos trabalhos, preparar as aulas e acompanhar os alunos em diversas actividades de intercâmbio e competições. Alguns docentes precisam de colaborar com as autoridades na fiscalização das escolas, de participar em acções de formação, e até de comunicar com os encarregados de educação ou tratar de alguns assuntos imprevistos, após o trabalho. Alguns docentes têm de fazer trabalhos administrativos, e esses trabalhos não pedagógicos são difíceis de quantificar e o número de horas de trabalho não se calcula apenas com dez tempos lectivos e tal. Por isso, como o actual Governo não aumentou, ao longo dos anos, o subsídio de escolaridade gratuita, é necessário rever e reforçar, de forma adequada, os recursos investidos nesta área, para apoiar o desenvolvimento das escolas e o trabalho dos docentes, melhorando a qualidade educativa.

Para além da educação, ao longo dos anos, o Governo recorreu às instituições civis, através da concessão de apoio financeiro ou de aquisição de serviços, para prestar diversos serviços sociais, incluindo creches, cuidados a idosos e portadores de deficiência, serviços

comunitários e apoio psicológico; durante a epidemia, o pessoal dos serviços sociais colaborou plenamente com o Governo nos trabalhos de combate e até trabalhou longo tempo em circuito fechado, e o seu profissionalismo merece o nosso reconhecimento. O Governo propôs o aumento, no próximo ano, do subsídio para o pessoal dos serviços sociais em três por cento, mas trata-se do primeiro aumento desde 2018, ou seja, há quase seis anos. Face ao envelhecimento da sociedade e aos desafios do aumento da procura de serviços médicos e comunitários, o Governo deve aperfeiçoar o mecanismo de avaliação e dar importância à revisão do financiamento dos serviços sociais e das suas quotas, para apoiar as instituições na contratação de trabalhadores e na estabilização da equipa, promovendo-se assim o desenvolvimento do pessoal e a formação de quadros locais, caso contrário, a qualidade dos serviços sociais será gravemente afectada.

Por exemplo, nos últimos anos, a procura dos serviços de saúde mental nos bairros comunitários aumentou significativamente, portanto, é necessário que os profissionais da área realizem os respectivos trabalhos, incluindo a detecção, o acompanhamento e a prevenção de casos e a sensibilização. Mais, o papel de consultor psicológico também é importante, mas o Governo não deu atenção ao seu desenvolvimento profissional. Segundo alguns residentes, o pessoal com qualificações de consultor psicológico ainda não se encontra em situação de pleno emprego, mas o Governo já autorizou a importação de mão-de-obra não especializada para este posto. Assim, solicito ao Governo que acompanhe a situação e preste as devidas justificações, dê atenção à formação de pessoal local nas áreas da saúde e da psicologia, crie uma base de dados sobre os respectivos quadros qualificados e promova o desenvolvimento desses profissionais.

Os docentes, os profissionais de saúde e o pessoal de serviços sociais são forças importantes para apoiar os serviços prestados aos residentes, garantir a sua saúde e promover o bom desenvolvimento social, por isso, espero que o Governo dê importância ao investimento respectivo e à formação desse pessoal, apoiando-os a desenvolver o seu trabalho de forma estável e permitindo-lhes ver mais perspectivas de desenvolvimento e contribuir para a sociedade.

## IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 04.12.2023

### **Integração do planeamento do trânsito a médio e longo prazo na Grande Baía**

O “Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030)” é um plano de longo prazo para o trânsito de Macau, por isso, precisamos de ter em conta o desenvolvimento local e as necessidades do desenvolvimento integrado da Grande Baía. O planeamento da rede viária, do trânsito nos postos fronteiriços, das vias dos novos aterros e das pontes carece de planeamento a longo prazo e também de revisão e ajustamento regulares, para acompanhar as mudanças decorrentes do rápido desenvolvimento social. A construção das redes pedonal e viária de Macau pode otimizar o ambiente do trânsito através da integração do trânsito multidimensional. A Lei do trânsito rodoviário é uma importante orientação para o planeamento, portanto, deve ser revista em tempo oportuno, tendo em conta o desenvolvimento social, a fim de salvaguardar a ordem do trânsito rodoviário e garantir a segurança dos utentes das vias.

Além disso, sugiro uma série de medidas: planear a integração e a articulação dos transportes na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, criar um grupo de coordenação do trânsito das três regiões, para assegurar a coerência e coordenação do planeamento, reforçar as ligações transfronteiriças, otimizar as infra-estruturas de transportes, promover os transportes públicos, o transporte ferroviário urbano e a aplicação das tecnologias de transporte inteligente, reforçar a partilha de informações sobre o trânsito e simplificar o processo de inspeção fronteiriça, para facilitar mais as deslocações dos residentes da Grande Baía e elevar a qualidade de vida dos mesmos.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Concretizar o reordenamento das vias nas horas de ponta e nas imediações dos postos fronteiriços, otimizar os equipamentos de travessia pedonal, elevar a segurança e a conveniência dos peões, adoptar medidas proactivas para incentivar a utilização de transportes públicos e a deslocação pedonal nas distâncias entre 15 e 20 minutos.

2. No âmbito do planeamento da construção do transporte inteligente, propõe-se a integração na rede de transporte inteligente da Grande Baía, formando-se um círculo de vida na Grande Baía.

3. Proceder à avaliação da distribuição das áreas das instalações de carregamento, à optimização das vias públicas, à distribuição racional dos lugares de estacionamento provisórios nas vias públicas, e através do sistema inteligente de gestão do trânsito, proceder ao controlo atempado do trânsito e dos acidentes de viação.

4. As aplicações de telemóvel, como a “*Macao Smart Go*”, devem ter uma ligação com o Interior da China, para facilitar as visitas mútuas dos residentes da Grande Baía.

*(Tradução)*

5. Reduzir as emissões de carbono dos transportes é factor importante da estratégia de redução do carbono. Para se integrar melhor no desenvolvimento nacional e alcançar o objectivo de duplo carbono, Macau deve tomar a iniciativa de seguir as políticas nacionais na gestão das emissões de carbono.

José Maria Pereira Coutinho

**“A transparência governativa ajuda a prevenir e a combater o tráfico de influências, a fraude e a corrupção aumentando a confiança dos cidadãos nas instituições públicas.”**

A RAEM está prestes a celebrar 25 anos da sua existência, contudo a sociedade está habituada a viver com a falta de transparência governativa e os sucessivos casos de tráfico de influências, troca de favores e conflitos de interesses, abuso de poderes públicos e corrupção. Estas práticas, embora não sendo toleradas pela sociedade vão-se repetindo dentro do sistema público, porque infelizmente os actuais mecanismos de transparência são pouco rigorosos e bastante opacos. Vejamos, por exemplo, o quão comum é a proliferação de falsos e defeituosos processos de auscultação pública, a proliferação de respostas genéricas, descabidas e sem nexos às perguntas formuladas nas interpelações escritas dos deputados. O exemplo paradigmático, foi o caso do ajuste directo para a construção de uma estátua no “Campo de Aventuras Juvenis da Praia de Hak Sá” sem se efectuar uma prévia auscultação às associações representativas dos escultores, engenheiros e arquitectos nem ter sido feita a “Due Diligence” da empresa adjudicada por ajuste directo para construir a estátua.

Outro exemplo paradigmático, foram as respostas confusas e contraditórias às minhas recentes interpelações escritas, de terem “cedidos” os equipamentos conexos com a Pista de Gelo da Nave Desportiva dos Jogos da Ásia Oriental (Macau Dome), mas afinal foram “emprestados”, lidando-os (bens públicos) como “produtos de mercearia” e em “gestão familiar”. Estes são dois, dos muitos mais exemplos de falta de transparência governativa e de irresponsabilidade que descredibilizam as instituições públicas, minam a confiança dos cidadãos e afecta a imagem da Administração Pública.

Referi, diversas vezes, neste hemiciclo, que a transparência governativa comportava a obrigação das entidades públicas de divulgar periodicamente os relatórios encomendados e pagos à custa do erário público e melhorar o actual sistema de auscultação pública. Contudo, a situação não melhorou e em algumas situações até piorou com casos de ajuste directos de contractos de consultoria e de aquisição de bens e

serviços. Nesses contratos, violam-se sistematicamente os princípios basilares de igualdade de tratamento e de transparência com a invocação sistemática de motivos de urgência imperiosa ou a exclusividade do prestador ou do fornecedor. Estas justificações, na maioria das vezes, passam despercebidas ou são ignoradas, porque inexistente uma terceira entidade independente que proceda à sua fiscalização dos conteúdos dos contratos bem como a veracidade das situações. E assim, vão sucedendo, os escândalos atrás de escândalos.

No próximo ano, teremos a eleição do cargo do Chefe do Executivo. Recordamos, que no Programa Eleitoral do actual Chefe do Executivo de 2019 intitulado por “Sinergias e Avanço, Mudanças e Inovação” consta a promessa de implementar a transparência dos assuntos do governo e melhorar a qualidade na tomada de decisões e o aperfeiçoamento do Regime de Aquisição de Bens e Serviços para aumentar a eficiência, a transparência e a justiça destes procedimentos.

Assim, sugerimos ao Governo, para que legisle e implemente um “Portal de Contratações Públicas” centralizando as diversas etapas dos procedimentos administrativos e uniformizando num único “site” todos os contratos firmados pelas entidades públicas com as entidades privadas para facilitar a procura das informações por parte dos cidadãos. Sugerimos igualmente a criação de um sistema electrónico que permita aos cidadãos visualizarem as sessões públicas dos diversos conselhos consultivos onde são discutidos as políticas sociais e os gastos do erário público.

Outra sugestão, é a criação do “Portal da Transparência” cujo “site” seria de acesso livre, onde qualquer cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, podendo igualmente ser informado sobre assuntos relacionados à gestão pública.

Também no âmbito da contratação pública devem instituídos os necessários mecanismos internos de controle para a detecção de actos e condutas fraudulentas e de corrupção, com o suporte de um robusto e eficaz “Programa de Compliance” baseados nos “Due Diligence”, para efeitos de prevenção e detecção dos riscos de corrupção nas instituições públicas e conforme previstas no artigo 1º da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

## **IAOD do Deputado Che Sai Wang em 04.12.2023**

### **Há que avaliar os trabalhos de escavação de relíquias culturais para melhor promover o desenvolvimento do turismo cultural em Macau**

Os Estaleiros navais de Lai Chi Vun, construídos na década de 50 no último século, têm uma história de cerca de 70 anos, a zona onde estão localizados é um local assinalado pela construção naval, é o único monumento bem preservado relacionado com a indústria de construção naval em Macau, o que reflecte a evolução e desenvolvimento de Macau, bem como o desenvolvimento dessa indústria na altura. Assim, o Governo lançou um plano faseado de revitalização e restauro dos Estaleiros navais de Lai Chi Vun, para promover o turismo cultural com características típicas.

Para além dos Estaleiros, existem ainda muitos outros edifícios e património de valor cultural e histórico em Macau, como o Muro dos Nove Dragões, na Universidade da Cidade de Macau; a Casa do Mandarim, construída antes de 1869, onde Zheng Guanyin concluiu a sua obra-prima mundialmente famosa - Advertências em Tempos de Prosperidade; e o Teatro D. Pedro V, construído no século XIX, que foi o primeiro teatro de estilo ocidental na China. Outro exemplo é a construção localizada na Zona da Areia Preta, Obras dos Portos de 1922, que tem uma história de mais de um século, porém, devido à falta de publicidade e promoção, os moradores da vizinhança aproveitam o espaço para secar as suas coisas.

Em 2005, o Centro Histórico de Macau foi inscrito na Lista do Património Mundial, portanto, é necessário aproveitar as referidas relíquias históricas e culturais para tornar Macau num cartão-de-visita de cidade cultural, pois os visitantes são os melhores porta-vozes para apresentar a cultura única de Macau ao mundo.

É de notar que poucas pessoas conhecem estes monumentos com mais de cem anos, alguns residentes nem têm conhecimento da sua existência ou história. Mas é uma satisfação ver que um grupo de jovens de Macau descobriu isto e tomou a iniciativa de assumir a responsabilidade de divulgar a história desses monumentos históricos menos conhecidos. Os jovens estão a tornar-se numa força da transmissão cultural da cidade entre a nova geração, injectando sangue novo na herança cultural única de Macau, caracterizada pela fusão entre o Oriente e o Ocidente.

Para explorar, divulgar e gerir bem o turismo cultural e histórico de Macau, além dos esforços espontâneos e voluntários dos residentes, é ainda necessário que o Governo apresente, de forma mais viva, as histórias dos monumentos de Macau, aprofunde constantemente os conhecimentos dos visitantes na experiência cultural e turística, crie novas formas e meios de revitalização dos monumentos, aumente a experiência da história e dos produtos turísticos, através de uma concepção inteligente e de um sistema com as respectivas explicações, integre a história dos monumentos característicos de Macau na experiência dos turistas, transforme os recursos culturais em projectos culturais e turísticos que se possam ver e sentir, permitindo aos visitantes, através de interações imersivas, ter uma experiência cultural e conhecer a herança histórica dos monumentos de Macau.

*(Tradução)*

A revitalização e a divulgação dos monumentos de Macau não trazem nenhum prejuízo, só enriquecem o turismo cultural, como também permitem que a história e a cultura de Macau voltem a brilhar. Mas, a homogeneização dos produtos turísticos e culturais com características próprias na mesma zona é um grande risco, assim, para evitar isto, o Governo deve estudar os produtos culturais e turísticos com características próprias relacionados com os diferentes monumentos.

## **IAOD do Deputado Lam U Tou em 04.12.2023**

### **Atenção à segurança rodoviária e aos procedimentos de aplicação de multas**

Com a recuperação do sector do turismo, o número de turistas aumentou. Alguns turistas não conhecem bem a situação do trânsito de Macau e, devido às diferenças de consciência sobre a segurança e de hábitos, são frequentes os casos de peões que atravessam as ruas sem respeitarem as regras de trânsito. Quer as mensagens veiculadas nas redes sociais, quer as queixas apresentadas pelos cidadãos e condutores demonstram que são cada vez mais as situações de peões a atravessar as ruas sem respeitar as regras de trânsito, situação mais grave nos pontos turísticos e nas zonas turísticas.

Segundo os dados divulgados pela PSP, até Outubro de 2023, foram autuados 2315 peões por atravessarem ilegalmente as vias públicas e, em Outubro, registaram-se 488 casos, um aumento significativo em comparação com os 914 casos registados em 2022. O número de autuações duplicou em termos anuais, mas os cidadãos sentem que o caos no atravessamento das vias nunca foi aliviado, o que afecta gravemente a segurança rodoviária. Tal como referiu há dias o Secretário para a Segurança, para reprimir esses casos, não devemos recorrer apenas à aplicação de multas, mas, sim, à sensibilização e educação, ou seja, pode-se “punir um só infractor” para produzir nos outros efeitos dissuasores. A sensibilização e a educação são importantes, mas os canais para os turistas receberem as informações são limitados, por isso, na minha opinião, para além do reforço da divulgação, o Governo deve ponderar, seriamente, sobre a criação de sinalização eficaz nas vias públicas, por exemplo, acrescentar a sinalização de “olhar para a esquerda/olhar para a direita”, para chamar a atenção dos turistas quanto à direcção dos veículos, e instalar alertas de cometimento de infracção nos locais onde é frequente os peões atravessarem as ruas sem cumprir as regras de trânsito.

Durante o debate das LAG da área dos Transportes e Obras Públicas, o Governo afirmou que ia continuar a otimizar o sistema pedonal. É de salientar que o objectivo principal do sistema pedonal é facilitar a vida aos peões, proporcionar-lhes um ambiente pedonal seguro e confortável, e permitir-lhes chegar ao seu destino com maior facilidade e rapidez, pois só assim o sistema pedonal pode desempenhar verdadeiramente as suas funções. Assim sendo, com vista a melhorar plenamente o ambiente rodoviário de Macau, o Governo deve definir objectivos claros no âmbito do planeamento do trânsito rodoviário, com vista a alcançar o equilíbrio entre os peões, os veículos e o ambiente real. Mais, deve ponderar a distribuição racional das vias pedonais e das instalações de travessia pedonal nas zonas onde há grande fluxo de peões e de veículos, e ponderar o equilíbrio entre o tempo de condução e a segurança dos peões.

Por outro lado, a sociedade deu atenção ao recente caso de um peão que não utilizou as devidas instalações para atravessar a estrada, nem estava atento às vias de circulação, e, como o condutor tinha a visão tapada por um veículo estacionado, o peão foi atropelado. Após investigação, a PSP divulgou que há suspeita de que o peão não reparou no veículo e não utilizou as devidas instalações para atravessar a estrada, mais, referiu a PSP que o condutor não conseguiu parar, atempadamente, em segurança. Esta avaliação por parte da

polícia levou a uma ampla discussão no seio da sociedade sobre os critérios de execução da lei.

Nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da Lei do Trânsito Rodoviário: “*O condutor deve regular a velocidade de modo a que, atendendo às características e estado da via e do veículo, à carga transportada, às condições meteorológicas, à intensidade do trânsito e a quaisquer outras circunstâncias especiais, possa, em condições de segurança, fazer parar o veículo no espaço livre e visível à sua frente e evitar qualquer obstáculo que lhe surja em condições normalmente previsíveis*”. O n.º 1 do artigo 135.º refere que o procedimento de acusação pode ser imediato, se o agente das entidades com poder de fiscalização presenciar a infracção administrativa, e, se não presenciar, há que ter indícios suficientes da prática de infracção administrativa para levantar esse procedimento. Dado que na altura não havia agentes policiais a presenciar o acidente no local, os agentes só podem proceder à acusação, nos termos da lei, se houver “indícios suficientes” de que o condutor não conseguiu parar atempadamente em segurança. Assim, a sociedade está a discutir amplamente sobre o rigor da aplicação desta lei.

Segundo muitos condutores, nos últimos anos, sempre que ocorrem acidentes de viação, os agentes adoptam, de um modo geral, uma atitude de “mais vale a pena acusar do que ser complacente”, pois os agentes não estão a aplicar a lei e a cumprir o critério de haver “*indícios suficientes da prática de infracção administrativa*”, e isto não só constitui uma injustiça para os condutores cumpridores da lei, como não se trata de uma governação rigorosa de acordo com a lei, levando à má interpretação da sociedade e ao questionamento da razoabilidade da lei. Pelo exposto, solicito ao Governo que reveja a actual forma de execução da lei e assegure, com todo o rigor, que a aplicação das sanções corresponde à intenção legislativa, salvaguardando os legítimos direitos e interesses de todas as partes.

## IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 04.12.2023

### **Atrair mais investimentos nacionais e do exterior para apoiar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia**

No dia 8 de Novembro deste ano, realizou-se em Guangzhou o “Congresso Mundial de Investidores para a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, o qual demonstrou aos investidores de todo o mundo a vitalidade económica e o potencial de investimento na Grande Baía, transmitindo a confiança e a determinação do nosso País na promoção de um alto nível de abertura ao exterior.

Em Abril deste ano, durante a visita do Presidente Xi Jinping a Guangdong, o Presidente salientou que a Grande Baía deve ser um suporte estratégico para o novo padrão de desenvolvimento da China, um local de demonstração do seu desenvolvimento de alta qualidade e uma orientação para a sua modernização. Estas palavras deram a Macau novas oportunidades de desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, novos objectivos e missões.

Sob a correcta liderança do Chefe do Executivo, Macau, orientado pelo seu posicionamento de desenvolvimento como “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base”, tem aproveitado plenamente as vantagens do princípio “Um País, Dois Sistemas” e a conjuntura de oportunidades de negócio entre a Grande Baía e a plataforma comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Tem vindo ainda a empenhar-se de forma inabalável na implementação da estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1 + 4”, na participação activa na construção da Grande Baía e na promoção do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada. Este ano, o Governo da RAEM, definiu claramente, no seu “Plano de Desenvolvimento para a Diversificação Adequada da Economia (2024-2028)”, o princípio de “liderança do mercado e orientação do Governo”, para, através da criação de um melhor ambiente, atrair mais investimentos nacionais e do exterior, com vista a produzir efeitos concretos na captação de investimentos e no desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

Na próxima fase, o reforço da atracção de investimentos nacionais e do exterior para as quatro principais indústrias tem grande significado. Quanto à indústria da *Big-health*, podemos desenvolver ainda mais as vantagens da plataforma de Cooperação entre Guangdong-Macau no Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, atraindo grandes empresas de alta qualidade da área da saúde, nacionais e do exterior, para se estabelecerem em Macau e se instalarem em Hengqin, promovendo assim a concentração da indústria da saúde nesta zona. Quanto ao sector financeiro moderno, podemos otimizar ainda mais o ambiente para os operadores de títulos, acelerar a formação do mercado, melhorar o ambiente industrial e enriquecer os produtos financeiros. Em relação às indústrias de alta e nova tecnologia, podemos aproveitar a complementaridade das vantagens entre Macau e Hengqin, e reforçar mais o apoio às empresas de inovação científica e tecnológica, para se instalarem nesta zona. Quanto às

*(Tradução)*

indústrias de convenções, exposições, comércio, desporto e cultura, podemos aproveitar bem as vantagens da Feira Internacional de Macau (MIF) enquanto plataforma, reforçando os trabalhos de orientação das empresas de convenções e exposições e de comércio, para se desenvolverem em Macau.

Macau está conectado ao mundo com o apoio incondicional do País e, através de esforços incansáveis, temos de continuar a promover, de forma contínua e eficaz, o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, intensificando a força motriz para o desenvolvimento da Grande Baía, com benefícios mútuos, contribuindo para a implementação bem-sucedida, estável e duradoura do princípio “Um País, Dois Sistemas”.

## IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 04.12.2023

### Criação de uma “Cidade das Artes do Espectáculo” através de vários meios

Após o levantamento das restrições contra a epidemia neste ano, várias actividades artísticas e performativas atraíram um grande número de visitantes, injectando dinamismo na economia e alargando as potencialidades de Macau. Por isso, nas LAG da área dos Assuntos Sociais e Cultura para o próximo ano, refere-se a transformação de Macau numa “Cidade das Artes do Espectáculo”, o que despertou grande atenção da sociedade. Recentemente, o Secretário salientou que a cooperação entre o Governo e as empresas em espectáculos artísticos, performativos, actividades e competições desportivas de grande envergadura não tem por objectivo apenas “organizar actividades”, mas sim “promover o desenvolvimento da indústria”. De facto, a realização de actividades não é suficiente para promover o desenvolvimento da indústria das artes performativas de Macau, este necessita de instalações, equipamentos, talentos, etc. Quanto aos talentos em especial, as artes performativas envolvem várias vertentes, como coordenação, representação, palco, som, iluminação, filmagem, produção, etc., portanto, é vasto o leque de talentos necessários. Para melhor promover a construção da “Cidade das Artes do Espectáculo”, apresento as seguintes sugestões:

1. Espero que, através da promoção da realização de eventos desportivos de alto nível e de espectáculos de grande envergadura em Macau, seja possível uma melhor interacção entre a sociedade civil e as empresas integradas de turismo e lazer, promovendo a complementaridade de vantagens. Proponho ao Governo que planeie bem os espaços para a realização de espectáculos de pequena e média dimensão, criando condições para aumentar o número desses espaços, e que estude a promoção de mais espectáculos ao ar livre, para que alguns espectáculos e *workshops* possam chegar aos bairros comunitários, proporcionando aos artistas locais mais oportunidades de actuação e um palco mais vasto, contribuindo para o seguinte: primeiro, injectar “água viva” nos bairros; segundo, utilizar o teatro e os espectáculos ao ar livre para os turistas e os residentes poderem sentir o estilo humanístico e as características arquitectónicas da cidade de Macau; e terceiro, reforçar a formação dos talentos locais na área das artes performativas e elevar as suas capacidades profissionais e técnicas.

2. A grave epidemia levou à perda de talentos nas áreas das artes do espectáculo e cultura, e a construção de uma "Cidade das Artes Performativas" depende do apoio de talentos, portanto, sugiro ao Governo que reforce os apoios através de diversos fundos, programas de incentivo, planos de formação profissional, apoio a projectos e actividades culturais, e apoio a espaços e equipamentos, entre outros, para apoiar os trabalhadores e equipas locais das artes performativas, culturais e criativas. Há que aumentar mais recursos para a formação profissional, para salvaguardar as condições de vida básicas dos artistas, ajudá-los a elevarem as suas competências, a adaptarem-se às transformações da indústria e a incentivá-los a continuarem a dedicar-se à criação cultural e à realização de espectáculos, promovendo a transformação e valorização de toda a indústria.

*(Tradução)*

3. Nos últimos anos, Macau tem organizado espectáculos e actividades de renome internacional e do Interior da China, incluindo peças de teatro, concertos, etc. Espero que o Governo aproveite a introdução destas actividades para a criação de uma plataforma, para promover o intercâmbio entre os agentes culturais e artísticos locais, o pessoal de filmagem e produção cinematográfica e as equipas e instituições de representação internacionais, aumentar as oportunidades de performances, de aprendizagem e de prática, impulsionar a cooperação entre instituições locais, do Interior da China e de outros países, reforçar o apoio às criações locais, proporcionar-lhes mais oportunidades de realização e de prática, e acelerar a construção da “Cidade das Artes Performativas”.

## **IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 04.12.2023**

### **Preço de venda de habitação económica e suspensão da construção da habitação intermédia**

A “política de divisão da habitação em cinco classes” é um dos pontos importantes das Linhas de Acção Governativa (LAG) deste Governo. A intenção inicial desta política é resolver as necessidades habitacionais dos residentes através da criação de diferentes “classes” de habitação e, ao mesmo tempo, estabelecer uma ponte de ligação para incentivar os residentes a “ascenderem”, melhorando passo a passo o ambiente habitacional das suas próprias famílias.

Mas, após a “saída do forno” das LAG para o próximo ano, o Governo da RAEM anunciou, repentinamente, a suspensão da construção das habitações intermédias e explicou que a situação de candidatura das 5 mil habitações económicas postas a concurso público não foi a ideal, por isso decidiu suspender o concurso público para a habitação intermédia na Avenida Wai Long, inicialmente previsto para o próximo ano. Muitos jovens ficaram surpreendidos com essa decisão. Primeiro, com a entrada em vigor da nova lei da habitação económica, essas habitações são sempre dotadas de natureza pública, tendo sido eliminada a sua natureza especulativa, por isso, o Governo devia estar preparado para fazer face à redução, significativa, do número de candidatos. Segundo, como não foram divulgados os preços de venda das habitações económicas do último concurso público, é natural que os residentes mantenham uma atitude conservadora neste concurso. Os depósitos dos residentes são muitos, a economia está em processo de recuperação, mas, mesmo assim, como a pandemia durou três anos, é natural que a atitude e o modelo de consumo dos residentes tenham sofrido modificações, passando a fazer os seus cálculos com mais cuidado. Assim, se o preço de venda das habitações económicas continuar a ser muito superior ao poder de compra dos trabalhadores, após a ponderação de receitas e despesas, vantagens e desvantagens, e custo da reparação dos edifícios, entre outros factores, é natural que as pessoas prefiram arrendar fracções para resolver temporariamente as suas dificuldades de habitação, acabando por resultar em redução da procura de habitações económicas.

A habitação para a classe sanduíche, enquanto uma das cinco classes de habitação da política habitacional, é actualmente a única que permite a mobilidade para o sector privado. Isto é diferente, na essência, da habitação económica, pois os potenciais compradores de habitação para essa classe não procuram simplesmente satisfazer as suas necessidades habitacionais, mas, sim, assegurar uma mobilidade ascendente para si próprios e para os seus familiares, e minimizar o risco de desvalorização das suas habitações em caso de revenda. Agora, com a suspensão da construção da habitação sanduíche, os jovens têm de adiar os seus planos de aquisição de habitação, o que afecta a sua vontade e os seus planos de constituir família e ter filhos.

Mais, no Estudo sobre a Política de Habitação para Fins Residenciais da Região Administrativa Especial de Macau, publicado pela Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional, no início do ano passado, estimava-se que a

diferença entre a procura e a oferta de habitação económica até 2025 seria de 20 400 fracções, e a procura estimada de habitação para a classe sanduíche seria de 5400 fracções. Dado que o Governo suspendeu a construção desta classe de habitação, a situação da respectiva oferta e procura é contrária ao conteúdo do dito “Estudo”. As autoridades vão proceder, novamente, a um estudo para racionalizar a oferta e a procura reais das habitações das 5 classes?

Espero que o Governo ausculte as opiniões dos residentes, especialmente dos jovens, dos recém-casados e dos que tiveram filhos recentemente, pois há que avaliar cientificamente as necessidades de habitação para a classe intermédia, articulando-se, quanto antes, as habitações públicas com as privadas. Ao mesmo tempo, espero ainda que o Governo tenha em conta o poder de compra e a capacidade financeira dos residentes, e defina e divulgue, quanto antes, os preços das habitações económicas, para que os residentes das diversas camadas sociais possam, de acordo com a “política de habitação de cinco níveis”, optar por uma adequada à sua vida, ajustando o seu plano de aquisição às suas necessidades. Tudo isso tem como objectivo dar uma resposta eficaz às exigências razoáveis dos residentes e permitir o desenvolvimento saudável e estável do mercado imobiliário.

## **IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 04.12.2023**

### **Apoio ao desenvolvimento dos serviços de apoio às pessoas portadoras de deficiência e dos equipamentos auxiliares**

De acordo com os dados estatísticos, no ano passado, a proporção da população idosa com 65 anos ou mais subiu para 13,3%. Segundo as previsões, muito em breve, Macau vai ser uma sociedade envelhecida, e até finais de Setembro, mais de 29.400 pessoas tinham cartão de registo de avaliação da deficiência válido. Com o aumento contínuo do número de idosos e portadores de deficiência, o Governo deve reforçar o apoio a estas pessoas e aos seus cuidadores, criando e otimizando os respectivos serviços de apoio e a indústria correspondente. A utilização de equipamentos auxiliares adequados pode ajudar a elevar a qualidade de vida destas pessoas, aliviar os encargos dos cuidadores domésticos e até ajudar as instituições de serviço social a aumentar a eficiência.

Assim sendo, apresento as seguintes opiniões e sugestões:

1. Existem em Macau diversas unidades de serviços sociais que emprestam equipamentos auxiliares, mas a maior parte é para deslocações, e são poucas as que emprestam equipamentos auditivos. Sugere-se o desenvolvimento de serviços de apoio à recolha, limpeza e desinfeção de equipamentos auxiliares, para as unidades que os alugam poderem reforçar os seus serviços, por exemplo, o aluguer de camas articuladas, cadeiras de rodas eléctricas, equipamento para apoio à locomoção, etc., para as pessoas portadoras de deficiência poderem alugar os equipamentos auxiliares adequados às suas necessidades. Os residentes também devem ser encorajados a doar os equipamentos auxiliares não utilizados para reciclagem, e os profissionais devem ter como padrão de trabalho a limpeza e desinfeção destes equipamentos através de máquinas específicas, para poderem ser reutilizados, concretizando-se, assim, a partilha de recursos.

2. Em Macau, os equipamentos auxiliares são essencialmente importados, e não conseguem satisfazer as necessidades locais. Assim, proponho a realização de um estudo sobre a criação de um fundo para incentivar a colaboração entre as empresas de inovação científica e tecnológica e as instituições locais de serviços sociais, para criarem equipamentos ou outros produtos tecnológicos adequados para os idosos; e que estudem e tomem como referência o Fundo de Apoio à Terceira Idade e de Inovação e Reabilitação de Hong Kong, atribuindo subsídios às entidades que prestam serviços aos idosos e de reabilitação para a aquisição, o aluguer e a experimentação de produtos tecnológicos e novos, para melhorar a qualidade de vida dos utentes e aliviar os encargos e a pressão dos cuidadores e pessoal de enfermagem.

3. Espera-se a optimização contínua do Plano Piloto de Apoio Financeiro na Aquisição de Equipamentos Auxiliares para Deficientes, aumentando-se os tipos de equipamentos auxiliares e de equipamentos domésticos especiais que podem ser subsidiados, e sugere-se que se definam diferentes valores do apoio financeiro, em consonância com o custo e o tipo de equipamentos auxiliares, para reduzir a pressão das pessoas portadoras de deficiência na aquisição desses equipamentos. Neste momento, os estudantes que

requerem equipamentos auxiliares têm de passar por uma avaliação da situação económica, portanto, espero que o Plano de financiamento para aquisição de equipamentos auxiliares para os alunos do ensino especial seja otimizado, tendo por base a equidade educativa.

4. Sugere-se ao Governo o reforço da cooperação com as cidades da Grande Baía na promoção das indústrias de investigação, inovação e fabricação de produtos para os idosos, para se estabelecer uma ponte de ligação entre as instituições de serviços sociais e as empresas de Macau e as respectivas indústrias do Interior da China, e criar uma cadeia de inovação, investigação, *design*, venda, uso, reparação e recolha de produtos. Deve ainda estudar-se a possibilidade de aproveitar a Zona de Cooperação Aprofundada como ponto-piloto, com o apoio de postos de serviços sociais instalados nos bairros comunitários, para introduzir centros de venda e aluguer de equipamentos auxiliares ou construir uma base experimental de prática para as empresas de investigação e inovação, promovendo-se assim a definição de padrões para os produtos para idosos.

5. A população, em geral, não tem conhecimentos sobre os equipamentos auxiliares, assim, sugere-se o reforço das acções de divulgação acerca da sua importância e o recurso a actividades como visitas, palestras e *workshops*, para os residentes terem acesso a conhecimentos profissionais e informações sobre os equipamentos auxiliares, de modo a aproximá-los das pessoas que deles necessitam, promovendo a sua generalização.

## **IAOD da Deputada Leong On Kei em 04.12.2023**

Nos últimos anos, as viagens de estudo desenvolveram-se rapidamente e a procura do mercado aumentou exponencialmente, tornando-se uma orientação importante para a reconversão e actualização do sector do turismo. Enquanto cidade turística, Macau tem a vantagem da integração entre as culturas chinesa e ocidental, e de ser única no mercado turístico da China, a par de uma forte competitividade no desenvolvimento de viagens de estudo. No recente Fórum de Desenvolvimento de Viagens de Estudo em Macau, um académico do grupo de viagens de estudo da Academia de Turismo da China divulgou o relatório de estudo sobre o desenvolvimento do mercado das visitas de estudo turísticas em Macau, encarregado pela Direcção dos Serviços de Turismo, no qual o Presidente da Academia de Turismo da China sugeriu a formação em Macau de acampamentos nacionais para viagens de estudo. O Governo e o sector devem considerar seriamente esta sugestão, trabalhar em conjunto e aproveitar melhor os recursos de Macau em prol do pleno desenvolvimento de viagens de estudo em Macau.

No Plano de desenvolvimento da diversificação adequada da economia da RAEM (2024-2028), refere-se que Macau vai ser transformada numa cidade educativa. O Governo afirmou ainda que ia, através de estudos e da organização de fóruns, promover projectos de investigação e turismo, e incentivar as empresas a desenvolverem os respectivos produtos, entre outras medidas, com vista a promover o desenvolvimento do turismo de investigação. Espera-se que os respectivos trabalhos possam ser iniciados o mais rápido possível e de forma ordenada, com vista à criação de um sistema de marca nacional de acampamentos de turismo de investigação em Macau, aprofundando e promovendo ainda mais o turismo +, e enriquecendo os elementos turísticos de Macau.

O relatório de estudo sobre o “desenvolvimento do mercado das visitas de estudo turísticas em Macau” pode servir de referência para o sector na exploração das respectivas actividades. O Governo deve, sempre que possível, incentivar as instituições de ensino e os operadores turísticos a cooperarem na exploração de viagens de estudo em áreas especializadas, a aproveitarem o rico património histórico e de intercâmbio cultural entre a China e o Ocidente, bem como a inovação tecnológica moderna e a criatividade artística, para diversificar os temas e o conteúdo das visitas de estudo e proporcionar mais escolhas aos visitantes de diferentes faixas etárias. Deve também estabelecer um mecanismo de avaliação periódica da respectiva eficácia, para elevar a sua qualidade e construir gradualmente um sistema completo de visitas de estudo. Mais, Macau pode reforçar a cooperação transfronteiriça e inter-regional na área em causa com outras cidades ou países, promover o intercâmbio e a partilha de recursos educativos e de talentos, e desenvolver mais projectos inovadores e únicos, para assegurar o desenvolvimento das visitas de estudo de alta qualidade em Macau.

## IAOD da Deputada Lo Choi In em 04.12.2023

### **Exortar novamente o Governo a alterar a Lei do Trânsito Rodoviário para aumentar as sanções por violação**

O debate das LAG para o próximo ano acabou há alguns dias, mas o público ainda não recebeu uma resposta clara e satisfatória do Governo sobre o planeamento do tráfego rodoviário, uma questão que muito o preocupa.

Os serviços responsáveis pela manutenção da ordem do trânsito e a execução da lei produziram, há dias, um vídeo promocional contra o incumprimento das regras aquando da travessia pedonal, que foi reconhecido, unanimemente, pelos residentes. Tal abordagem merece, naturalmente, reconhecimento. Mas, contrariamente ao que desejamos, o caos da travessia pedonal decorrente do incumprimento das regras continua a ocorrer todos os dias, em particular, a situação torna-se mais grave em certas horas de ponta nas zonas de pontos turísticos e nos postos fronteiriços, havendo mesmo casos envolvendo multidões de peões infractores. As respectivas mensagens e fotografias podem também ser vistas em todas as plataformas de trânsito nas redes sociais, e os “220 mil que andam a pé” tornaram-se uma ameaça diária para todos os condutores.

No debate das LAG do mês passado, referi, várias vezes, que, no planeamento do trânsito há três factores essenciais: a produção e execução da lei, a sensibilização e as obras. Os trabalhos de sensibilização e divulgação do Governo são notórios, por isso, espero que os serviços competentes os promovam ainda mais nas diferentes plataformas e que ponderem reactivar, com a colaboração das associações cívicas, a campanha de sensibilização rodoviária em grande escala durante um mês. Quanto à execução da lei, segundo os dados dos serviços competentes, entre Janeiro e Outubro, registaram-se mais de 2000 autuações por atravessamento ilegal, divididas por 300 dias, ou seja, cerca de 8 autuações por dia. De facto, em determinadas ruas, há mais do que este número num minuto. Mas, comparando com as 400 mil autuações por estacionamento ilegal, ou seja, uma média de 1300 multas por dia, o número de multas não é proporcional, o que suscita dúvidas e críticas da população. Assim, solicito aos serviços competentes que disponibilizem pessoal para o efeito e reforcem a execução da lei.

Quanto à legislação, apelo aos serviços responsáveis pela área da Administração e Justiça para que apresentem, quanto antes, à Assembleia Legislativa a proposta de lei que revê a Lei do Trânsito Rodoviário, aumentando as respectivas sanções para elevar a responsabilidade dos infractores pelos seus actos e reforçar os efeitos dissuasores. Os serviços responsáveis pelo trânsito devem começar pelo planeamento e a concepção do trânsito, revendo, aperfeiçoando e otimizando as actuais instalações, incluindo a definição racional de meios para o atravessamento das ruas, a introdução do sistema inteligente de luzes tipo pisca-pisca nas passadeiras e o ajustamento em tempo real do sistema de semáforos.

Quando os peões atravessam ilegalmente as vias, assumem eles o perigo para a sua segurança, mas estão protegidos pela lei devido ao princípio da protecção jurídica das

pessoas mais vulneráveis, pelo que os condutores cumpridores da lei correm o risco de pagar indemnizações elevadas devido a esses peões.

É claro que a lei tem de proteger as pessoas relativamente fracas, mas, atendendo às circunstâncias reais, a situação do trânsito rodoviário de Macau já sofreu grandes mudanças, por isso, o Governo da RAEM e os respectivos serviços não podem ignorar esta situação. Um Governo responsável deve ter em conta a realidade e adoptar medidas para as situações caóticas, com vista a responder às necessidades da sociedade.

## IAOD da Deputada Song Pek Kei em 04.12.2023

### **Melhorar a posição dos sectores público e privado na prestação de cuidados de saúde e promover o desenvolvimento global do sistema de saúde**

Para resolver a “dificuldade de acesso aos cuidados de saúde”, o Governo tem aumentado, nos últimos anos, o investimento nos recursos de cuidados de saúde, nomeadamente, com a construção das infra-estruturas do Hospital das Ilhas e no alargamento dos serviços de especialidade no sector público de saúde, a fim de colmatar as insuficiências do sistema de saúde. Mais, aproveita também as oportunidades de desenvolvimento do referido hospital, concretizando activamente o desenvolvimento do "turismo + cuidados de saúde", para promover, com maiores esforços, o aumento da eficácia da indústria da saúde no desenvolvimento económico de Macau.

Mas, devido à desigualdade entre os recursos de saúde públicos e privados, a percentagem do mercado do serviço público de saúde tem vindo a aumentar gradualmente, enquanto o serviço privado de saúde tem vindo a ficar cada vez mais reduzido. Claro que isto envolve não só os recursos, mas também o desenvolvimento desigual das políticas, especialmente para responder ainda mais às solicitações da sociedade sobre os serviços de saúde. Nos últimos anos, o Governo lançou algumas políticas de cuidados de saúde, por exemplo, o alargamento do número de utentes de cuidados de saúde gratuitos e o aumento dos tipos de serviços de cuidados de saúde gratuitos, o que alarga ainda mais a distância entre o desenvolvimento dos serviços de saúde públicos e privados. Ou seja, o sector público está a crescer e o sector privado a tornar-se cada vez mais difícil. Durante o debate das LAG, a Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura afirmou que as instituições médicas privadas também têm de agarrar as oportunidades e acompanhar o ritmo de desenvolvimento do sector, mas isto não quer dizer que os serviços de saúde privados não queiram agarrar as oportunidades, mas, muitas vezes, devido às restrições das políticas e do mercado, o Governo não flexibiliza o acesso aos serviços de saúde em resposta às necessidades do mercado, pelo contrário, quanto mais restritivo for, mais rigoroso é o acesso, o que enfraquece o espaço para a elevação e o desenvolvimento dos serviços de saúde.

Com o desenvolvimento desnivelado dos serviços de saúde públicos e privados, o mercado de recursos humanos médicos de Macau também se depara com a falta de especialidades médicas e o fenómeno de excesso de medicina ocidental. Face à impossibilidade de expansão do mercado de serviços de saúde privados, muitos estudantes de medicina que estudam fora de Macau, depois de concluírem os seus estudos, estão já desempregados, o que constitui uma questão premente para o desenvolvimento dos serviços de saúde. O Governo deve lançar medidas específicas tendo em conta o novo desenvolvimento e a nova situação, especialmente no que diz respeito ao equilíbrio entre o desenvolvimento dos serviços de saúde públicos e privados, e ainda alargar o âmbito dos serviços prestados no mercado privado, com vista a proporcionar mais espaço de desenvolvimento aos profissionais de saúde, bem como unir os esforços do sector privado

da saúde, para desenvolver em grande escala e reforçar a marca dos serviços médicos de Macau.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. O Governo afirmou que, no próximo ano, ia rever o regime de licenciamento das instituições médicas, criando mais licenças para hospitais de dia, criando mais condições para o mercado privado. Mas, em Macau, aplica-se a política de separação da medicina da farmácia e, mesmo que os serviços de vacinação sejam bem acolhidos pelo mercado, os médicos do privado só podem emitir receitas médicas para compra nas farmácias, não podendo armazenar as vacinas nas clínicas. Este tipo de serviços é muito inconveniente para os turistas e faz com que a prestação de cuidados de saúde privados perca oportunidades de desenvolvimento. Assim, sugere-se ao Governo que, a par da revisão do regime de licenciamento, reveja também as suas políticas, para o relaxamento contínuo do acesso ao mercado privado, impulsionando ainda mais os serviços de saúde privados a acompanharem o ritmo do desenvolvimento social.

2. Actualmente, em Macau há insuficiência de médicos especialistas e excesso de médicos de medicina ocidental, o que constitui um problema de emprego para os recém-licenciados em medicina. De acordo com o Relatório do estudo sobre a previsão da procura e da oferta de profissionais de saúde de Macau 2020-2023, elaborado pela Comissão de Desenvolvimento de Talentos, os médicos especialistas são provenientes do internato complementar dos médicos de medicina geral, e a oferta de médicos especialistas nas instituições públicas está relacionada com a abertura de concursos para médicos estagiários de internato complementar, portanto, a abertura desses concursos pode fazer com que o número de médicos de medicina geral diminua. Mas, em Macau, são poucos os candidatos ao internato complementar, por exemplo, no concurso de 2019, 59 candidatos reuniram os requisitos e foram admitidos 30, que só ingressaram na carreira de médico especialista em 2021. Até ao momento, ainda não foi aberto novo concurso para ingresso nos internatos complementares, o que faz com que os médicos de medicina geral tenham de se desenvolver ainda mais, afectando indirectamente o emprego dos finalistas de medicina. Proponho ao Governo que reforce a abertura de concursos para ingresso nos internatos complementares, com vista a estabilizar o desenvolvimento do mercado dos recursos humanos na área da saúde.

## **IAOD do Deputado Si Ka Lon em 04.12.2023**

### **Conhecimentos correctos sobre cuidados paliativos e criação de serviços de apoio**

Macau está a entrar na fase de sociedade envelhecida, por isso, o Governo tem de continuar a aperfeiçoar os benefícios e garantias para os idosos, os equipamentos médicos e os serviços de apoio aos idosos, e deve ainda reforçar os conhecimentos dos cidadãos sobre os cuidados paliativos, e até a criação de “declaração antecipada de vontade” para proteger o direito dos cidadãos à informação, à privacidade e ao poder de decisão sobre a doença, a vida e a morte.

Na verdade, nascer, envelhecer, adoecer e morrer são as regras naturais da vida. Para viver com dignidade e serenidade no último estágio da vida, é preciso compreensão correcta. Actualmente, o Centro Hong Neng do Hospital Kiang Wu e o Centro Hospitalar Conde de São Januário prestam cuidados paliativos adequados aos idosos e doentes, e dispõem de camas de cuidados paliativos para os doentes oncológicos e em fase terminal, ajudando-os a viver a última jornada com dignidade e serenidade.

No entanto, face ao problema do envelhecimento da população, os serviços de cuidados paliativos de Macau não vão conseguir satisfazer futuras necessidades no âmbito da sensibilização, da política e da formação de talentos, por isso, é necessário proceder ao seu desenvolvimento e aperfeiçoamento.

É de salientar que o cancro tem sido, desde sempre, a principal causa de morte dos residentes de Macau, em 2022, um terço das mortes deveu-se a cancro, e muitos doentes em fase terminal sofrem de dores intensas e de ansiedade. Por isso, é necessário continuar a prestar atenção e a aperfeiçoar os serviços de cuidados paliativos, bem como reunir consenso social para estudar a viabilidade do “sistema de declaração antecipada de vontade” de tratamento médico.

Já em 2019, a Comissão de Ética para a Vida de Macau debateu o assunto e concordou, de um modo geral, com a necessidade de se criar um “sistema de orientação predefinida”. Em 2021, o Conselho para os Assuntos Médicos de Macau procedeu a um estudo sobre as futuras políticas e o planeamento dos trabalhos relativos ao sistema em causa, mas nada mais se ouviu sobre o assunto.

Pode tomar-se como referência a importância dada pelo nosso País à “prestação de cuidados paliativos”, que, até 2021, já tinha avançado com o projecto-piloto nacional de tratamento e cuidados paliativos em 91 municípios, e criado mais de 1000 instituições de saúde que oferecem tratamento e cuidados paliativos, satisfazendo assim as necessidades de cuidados paliativos a vários níveis. Recentemente, Hong Kong também definiu um quadro legal para a “declaração antecipada da vontade” de tratamento médico e para a recusa de reanimação, no sentido de respeitar a opção dos doentes e elevar a qualidade de vida dos doentes na fase final da vida.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. O Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos encontra-se na última fase, e as autoridades já estão a elaborar o próximo plano, portanto, trata-se de um trabalho de longo prazo. Como muitos cidadãos ainda não têm conhecimentos correctos sobre os serviços de cuidados paliativos, sugiro ao Governo que, no próximo plano, reforce a respectiva promoção, para elevar os conhecimentos da sociedade sobre estes serviços.

2. Tendo em conta que os cuidados paliativos envolvem várias áreas, tais como a medicina, a psicologia, a enfermagem, etc., é necessário criar uma equipa profissional que abranja estas áreas, por isso, espero que as autoridades definam planos permanentes e reforcem a formação do pessoal, com vista a aperfeiçoar os “cuidados paliativos” e concretizar o conceito de “ter por base a população” na última fase da vida, com vista a enfrentar o problema do envelhecimento da população de Macau.

3. De acordo com os inquéritos efectuados por associações, mais de 50% dos inquiridos concordam com a pré-definição de “orientações médicas”, por isso, sugiro que as autoridades generalizem, junto da sociedade e do pessoal médico, o conceito e os conhecimentos sobre esta pré-definição, e que realizem uma consulta pública sobre esta matéria, a fim de recolher amplamente as opiniões e as tendências da sociedade e estabelecer uma base para uma futura lei.

## IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 04.12.2023

### Grandes feitos começam por tarefas práticas

Recentemente, Ding Xuexiang, membro permanente do Politburo do Comité Central do PCC e vice-primeiro-ministro, recebeu em Pequim uma delegação de jovens de Hong Kong e Macau, e destacou a amabilidade e a esperança do Presidente Xi Jinping em relação aos jovens das duas regiões, no sentido de estes fortalecerem o amor pela Pátria e as suas competências, para assumirem, quanto antes, grandes responsabilidades.

Como é que os jovens se tornam pessoas capazes de assumir grandes responsabilidades? Quais são as características dessas pessoas? Na minha opinião, é necessário ter vocação. O Presidente Xi afirmou que a ambição é o pressuposto, e os jovens devem ter ambição para conseguir grandes feitos, em vez de ter cargos de alto gabarito. Isto é muito pertinente. Há 40 anos, vi este *slogan* na Universidade Sun Yat-sen, e fiquei muito impressionado, pois foi formulado pelo pioneiro da revolução chinesa, Dr. Sun, para incentivar os jovens. A frase do Presidente Xi visa exortar os jovens a ter aspirações e empreendedorismo, em vez de pensar no poder. Hoje, relendo esta frase, penso que os jovens devem segui-la. Como referiu Song Xiangfeng, académico da Dinastia Qing, por mais humilde que seja, um intelectual nunca deve perder as aspirações, ou seja, o amor à Pátria é transversal a todas as classes e estatutos sociais.

Quais são as diferenças entre os grandes e os pequenos feitos? Para mim, a procura da felicidade dum pessoa é pequena, e os grandes feitos são a acumulação de muitos pequenos feitos em prol da população. Ao encorajar os jovens a dedicar-se a grandes feitos, estamos a incentivá-los a ter um coração e sonhos grandes, a ter os pés bem assentes no chão, a servir a sociedade, a retribuir ao País e a beneficiar a humanidade. Tudo isto começa por tarefas práticas.

Para construir um país socialista moderno na nova era e promover a grande revitalização da nação chinesa em todos os aspectos, os jovens devem possuir o espírito e a coragem para realizar grandes eventos. E como se pode fazer algo grandioso? Em primeiro lugar, devem ter objectivos claros, agir, respeitar o trabalho que fazem e assumir a responsabilidade, cultivar a persistência e uma personalidade firme, inovadora e aventureira, assim como desenvolver boas relações humanas e capacidade de gestão do tempo, etc. É necessário estarem confiantes e serem pragmáticos.

Espero que os jovens de Macau percebam a importância da definição de objectivos, e que os decisores políticos e os profissionais da área da educação possam também orientá-los na prática, para que possam conhecer o rumo para a concretização daqueles. Esse apoio aos jovens vai ajudá-los a eliminar as suas confusões na definição dos rumos, formando mais pessoas com vontade de contribuir em conjunto para o bem-estar da sociedade.

Para terminar, cito as palavras do Presidente Mao Zedong dirigidas à juventude chinesa: "O mundo é vosso e é nosso, mas, ao fim e ao cabo, é vosso. Vocês, jovens, estão

*(Tradução)*

cheios de vigor e de prosperidade, como o sol das oito ou nove horas da manhã. A esperança deposita-se em vocês”.

## IAOD dos Deputados Iau Teng Pio, Pang Chuan e Kou Kam Fai em 04.12.2023

### Sucesso aeroespacial abre novo capítulo do desenvolvimento

No dia 28 de Novembro, foi lançado o satélite científico “*Macau Science Satellite-1*”, desenvolvido entre o Estado e Macau, e uma delegação do programa espacial tripulado da China visitou Macau, onde teve um encontro com o sector da ciência e tecnologia, professores e alunos das escolas locais. Isto demonstra a importância e o reconhecimento que o País atribui a Macau. Que se saiba, o “*Macau Science Satellite-1*”, é o primeiro satélite da China com maior precisão na exploração do campo geomagnético, cujo lançamento vai elevar significativamente o nível técnico de exploração da China nesta vertente. Isto marca uma nova fase da cooperação espacial entre o Interior da China e Macau no palco internacional da investigação científica, e constitui uma plataforma para a cooperação e intercâmbio entre a China e o resto do mundo no âmbito da exploração espacial, contribuindo para o desenvolvimento diversificado de Macau e o aumento da investigação científica espacial em Macau.

Para promover o ensino da ciência aeroespacial e o desenvolvimento da indústria de alta e nova tecnologia em Macau, e aumentar a influência dos resultados da ciência aeroespacial, representados pelo satélite “*Macau Science Satellite-1*”, apresentamos as seguintes ideias:

1. Promover a tecnologia espacial e construir o sonho de amar a Pátria. A tecnologia aeroespacial é um importante símbolo para mostrar a força nacional do país. A China é um dos três únicos países no mundo que podem realizar voos espaciais tripulados de forma independente. Por isso, sugerimos que, através da promoção do desenvolvimento e dos conhecimentos da ciência aeroespacial nacional e da organização de mais actividades relacionadas, se aumente o conhecimento dos jovens de Macau sobre a situação actual do País e a força do País, a fim de reforçar o sentimento patriótico e o orgulho nacional. Além disso, com a integração da “Ciência e Tecnologia da Vila da Juventude” na política de desenvolvimento diversificado “1 + 4” de Macau, esperamos, através da cooperação com as instituições de ensino superior, as instituições de investigação científica, os laboratórios de referência do Estado e as empresas de ciência e tecnologia, promover a educação científica em Macau e ainda desenvolver as vantagens do Centro de Ciência de Macau como “Base Educativa Nacional de Popularização Científica” e “Base de Educação do Espírito de Cientista”, introduzindo mais actividades diversificadas no processo de formação, convidando os representantes do sector para partilharem as suas experiências, e criando uma plataforma diversificada de aprendizagem científica e tecnológica, para os nossos alunos poderem ter experiências de aprendizagem mais ricas e enriquecedoras.

2. Desenvolver as vantagens da plataforma e promover o desenvolvimento industrial. A construção da Zona de Cooperação Aprofundada está a ser acelerada e o Governo está a implementar activamente a estratégia de diversificação adequada da economia e acredita que o desenvolvimento e a exploração do satélite “*Macau Science I*” serão um grande impulso para o desenvolvimento das indústrias de alta e nova tecnologia de Macau. Esperamos que a RAEM, com base nos avanços tecnológicos e na procura do país,

promova activamente o desenvolvimento dos Laboratórios de Referência do Estado, para responder às necessidades de desenvolvimento de Macau, conjugando-os com as necessidades de desenvolvimento industrial, para impulsionar o desenvolvimento da investigação tecnológica e a cooperação entre as indústrias, a academia e a investigação ao nível nacional e internacional. Deve ainda dar continuidade ao aproveitamento das vantagens e dos recursos de Macau e da Zona de Cooperação Aprofundada, ao reforço da conversão dos resultados científicos e tecnológicos em resultados económicos, e à injeção de uma nova energia dinâmica no desenvolvimento sustentável da economia através da inovação científica e tecnológica.

Já no período dos Reinos Combatentes da China, os nossos antepassados descobriram o campo magnético e inventaram o “Si Nan”, que é a bússola. Na obra “Conversa por pincel no riacho dos sonhos (Meng Xi Bi Tan)” da autoria de Shen Kuo, da dinastia Song, refere-se claramente a forma de fabrico da bússola, o que demonstra que a China, já nos tempos mais remotos, tinha curiosidade sobre áreas desconhecidas e tinha capacidade para agir. Hoje em dia, o nosso país dá grande importância ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, à investigação científica, à prosperidade da cultura, da ciência e das tecnologias, e à formação de talentos nesta área, e tudo tem matriz na nossa história. Espero que Macau, com base no modelo de exploração do “*Macau Science I*”, continue a avançar e a articular-se com o rápido desenvolvimento do País, promovendo activamente a cultura, a educação e a abertura de um novo capítulo nesta nova era.